

TJMG

I N F O R M A T I V O

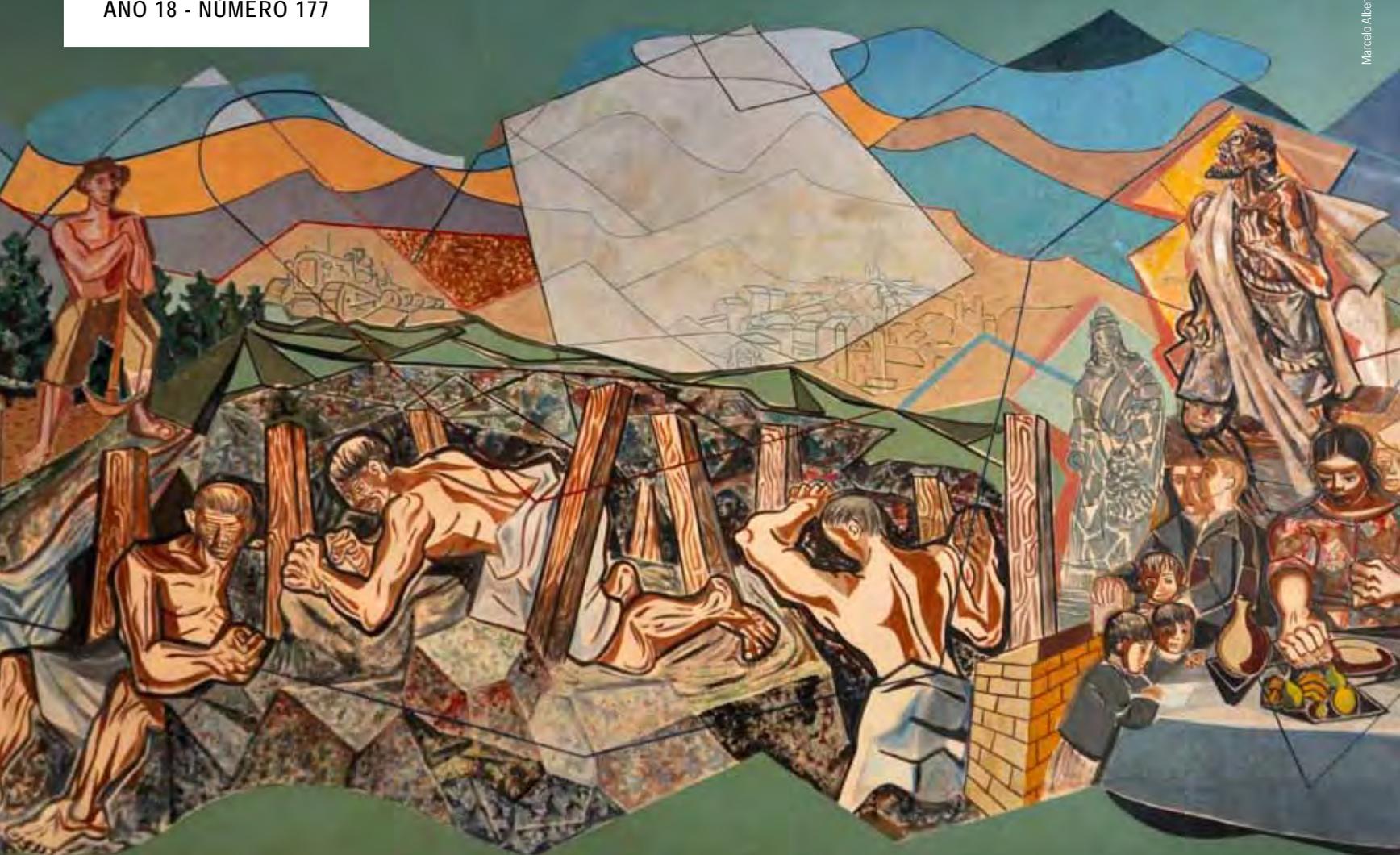
Obras de arte inspiram a Justiça

Nas dependências do TJMG, estão expostas obras artísticas de períodos, técnicas e autores diversos. Além de compor o cenário forense, as peças instigam e motivam servidores e magistrados no trabalho diário em prol da efetivação da Justiça.

Páginas 4 e 5

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - NOVEMBRO - 2012
ANO 18 - NÚMERO 177



Marcelo Albert

Acervo artístico embeleza ambientes do TJ

Quem entra e sai do TJMG todos os dias, apressado para acompanhar um julgamento, protocolizar uma petição ou iniciar ou encerrar o expediente de trabalho, muitas vezes nem repara o que está à sua volta. Um passeio rápido pelos corredores da Justiça ou mesmo um olhar mais atento pode ser surpreendente. É que a casa do Judiciário mineiro guarda em suas dependências inúmeras peças de arte, algumas de artistas renomados. É o caso do painel "Minas Gerais", de Di Cavalcanti, no saguão do anexo 1.

Essa beleza – muitas vezes imperceptível para quem já está acostumado com o ambiente do TJMG – é o tema da matéria de capa desta edição do *TJMG Informativo*. A repórter Soraia Costa listou algumas obras e ouviu as avaliações de um historiador e de um crítico de

arte, que falaram da importância e das características de cada uma das peças. Depois de ler a reportagem, será difícil que os leitores se mantenham alheios a esse acervo artístico quando passarem por ele novamente.

Na lista de peças, há obras de vários períodos e estilos, criadas a partir de técnicas e materiais diversos. O desembargador Eduardo Andrade, apreciador das artes e um dos entrevistados da matéria, defende que todo operador do Direito conheça não apenas as leis e a jurisprudência, mas também a poesia, a música e a literatura, conhecimento que ele considera indispensável para o trabalho no Judiciário.

A dica desta edição é que todo usuário do Tribunal procure conhecer, observar e admirar a arte exposta nos corredores e gabinetes. A beleza, certa-

mente, há de inspirar cada um no exercício de suas funções.

Em novembro, os outros temas abordados no jornal são a posse dos magistrados Alyrio Ramos, Ana Paula Nannetti Caixeta e Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior como desembargadores, a Semana da Conciliação 2012, o mutirão do Tribunal do Júri em Belo Horizonte, as ações que permitem a remição da pena em Varginha e o 12º Encontro da Corregedoria-Geral de Justiça (Encor), realizado em Pirapora, em 18 e 19 de outubro. O entrevistado deste mês é o desembargador Manuel Saramago, 3º vice-presidente do TJMG. No *Click* do leitor, confira a imagem do Grand Canyon.

Boa leitura!

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

1º Vice-Presidente:

Desembargador Almeida Melo

2º Vice-Presidente:

Desembargador José Antonino Baía Borges

3º Vice-Presidente:

Desembargador Manuel Saramago

Corregedor-Geral:

Desembargador Audebert Delage

Expediente

Secretária Especial da Presidência:

Valéria Valle Vianna

Gerente de Imprensa:

Wilson Menezes

Coordenadora de Imprensa:

Leticia Lima

Editoras:

Francis Rose e Patrícia Melillo

Design Gráfico:

Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão:

Globalprint

Editora Gráfica Ltda.

Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

3 mil exemplares

Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br

TJ tem três novos desembargadores



Os magistrados Alyrio Ramos e Ana Paula Nannetti Caixeta tomaram posse, em 8 de outubro, como desembargadores do TJMG. Ele ocupa a vaga pelo critério de merecimento e integra a 8ª Câmara Cível do TJMG. Já a magistrada foi promovida pelo critério de antiguidade e integra a 4ª Câmara Cível do TJMG. O magistrado Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior tomou posse em 30 de outubro. Ele ocupa a vaga pelo critério de merecimento e integra a 6ª Câmara Cível do TJMG. As posses foram conduzidas pelo presidente Herculano Rodrigues.





■ Audiência durante a Semana da Conciliação de 2011, quando foram realizados diversos mutirões em várias comarcas do Estado

TJ realiza Semana da Conciliação

“Quem concilia sempre sai ganhando.” Esse foi o tema da VII Semana Nacional da Conciliação, que foi realizada de 7 a 14 de novembro. Em 2012, os mutirões para a resolução de conflitos em Minas Gerais aconteceram durante sete dias, incluindo um fim de semana. Cerca de 140 comarcas participaram e foram agendadas mais de 11,9 mil audiências na Justiça comum. Nos Juizados Especiais, foram agendadas mais de 13,8 mil audiências.

Justiça de Minas realiza mutirão do júri



■ Até 14 de dezembro, serão realizados júris diários no auditório do anexo 1 do TJMG, com o objetivo de julgar metade dos processos que foram distribuídos até 31 de dezembro de 2007

Desde 29 de outubro, estão sendo realizados seis júris diários na Universidade Fumec, em Belo Horizonte. Os julgamentos, que vão acontecer até 30 de novembro, fazem parte do mutirão do Júri, promovido pelo TJMG, no período de 10 de setembro a 14 de dezembro de 2012, com o objetivo de reduzir o acervo processual.

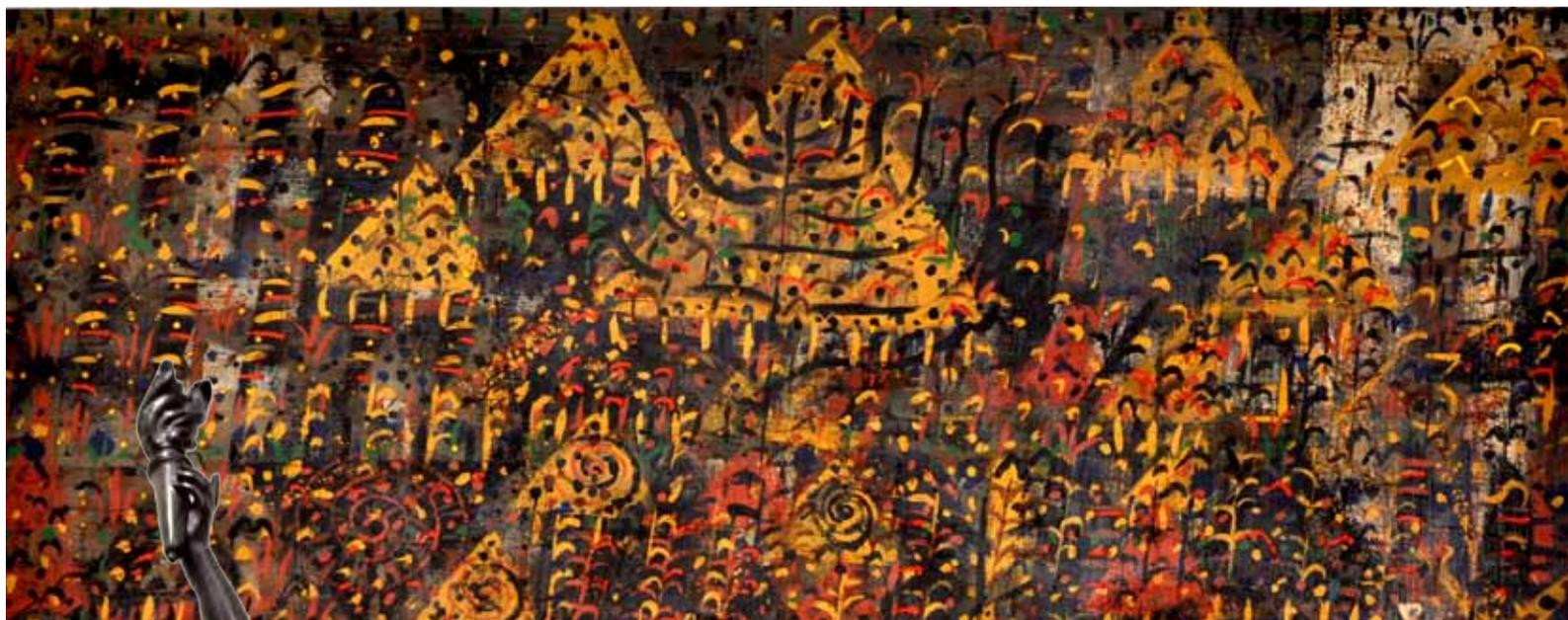
Na universidade, em cada uma das seis salas preparadas para o muti-

rão, reúnem-se um juiz, um promotor, um defensor e jurados. De acordo com o juiz coordenador do Programa Novos Rumos do TJMG, Luiz Carlos Rezende e Santos, organizar a logística de tantos julgamentos não foi fácil, mas valeu a pena, porque, com o mutirão, em praticamente dois meses, será possível fazer o equivalente ao trabalho de um ano de uma vara do júri.

O mutirão está sendo realizado desde 10 de setembro. Durante a iniciativa, serão julgados processos envolvendo homicídio e tentativa de homicídio. Além dos dois júris que já acontecem diariamente nos dois tribunais do júri do Fórum Lafayette, também está sendo realizado um júri na 2ª Instância, em todos os dias úteis, até 14 de dezembro deste ano.

De acordo com Luiz Carlos Rezende e Santos, o esforço desenvolvido no período será suficiente para a comarca de Belo Horizonte concluir 50% dos processos que estavam atrasados, atendendo, dessa maneira, às metas da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública. Serão julgados 201 dos 400 processos que foram distribuídos até 31 de dezembro de 2007.

TJ revela peças de seu acervo



■ A obra "Árvore da Vida", do desenhista e pintor Fernando Lucchesi, fica no saguão do anexo 2 do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Soraia Costa

Quem entra no auditório e no saguão do prédio, conhecido como anexo 1, do TJMG, não pode deixar de contemplar os painéis criados pelo renomado artista carioca Di Cavalcanti. Também admiráveis são os vitrais, duas esculturas denominadas "Aurora" e "Crepúsculo" e um retrato do Barão do Rio Branco, localizados no Palácio da Justiça. Já no saguão de entrada do anexo 2, da Unidade Goiás, estão duas obras de reconhecidos artistas plásticos mineiros que estão em plena atividade, uma de Fernando Lucchesi e uma de Benjamin, premiada na 20ª Bienal de Artes de São Paulo com outras obras do autor.

O superintendente da Memória do Judiciário Mineiro (Mejud), desembargador Lúcio Urbano, lembra que, etimologicamente, arte significa coleção de regras ou métodos para fazer com acerto, daí sua afinidade com a Justiça. "As obras inspiram o julgador, embelezam o ambiente e testemunham a grandeza da criação, de tal modo que favorecem a harmonização, muito necessária para a efetivação da Justiça", diz.

Di Cavalcanti

O artista (1897-1976) trabalhou nos anos de 1950 e 51 para realizar os dois painéis localizados no TJMG. Segundo o historiador de arte Ronan Couto, os painéis têm forte influência do muralismo mexicano, em que os artistas trabalhavam com temáticas nacionalistas e adotavam a estética do feio. "Era uma proposta de renovação da arte", explica.

Para realizar os dois trabalhos, Di Cavalcanti teve a colaboração do mineiro Inimá de Paula e de outros artistas. O painel "Minas Gerais" (9,5m X 4m), no saguão do anexo 1, enfatiza a evolução político-histórica e a riqueza econômica do Estado. Já o painel "Justiça"

(12,8m X 5m), do auditório do anexo 1, representa a justiça humana e os dramas vividos pelas partes de um processo criminal. Ronan Couto explica que os dois painéis de Di Cavalcanti apresentam também influência da Escola de Paris e do artista espanhol Picasso, e que essa influência é visível no exagero dos membros do corpo, nos pés grandes e na ênfase na textura das figuras.

O historiador explica que o fundo dos painéis é pós-cubista, "pois as montanhas são representadas de forma geométrica", uma característica marcante do movimento cubista, do início do século XX, na Europa, em que a representação do mundo não tem compromisso com a aparência real dos elementos compositivos.

Obras antigas

O vitral (5,25m X 2,65m) traz a figura da deusa da Justiça numa outra composição simbólica: de olhos abertos, ela lê o Livro das Leis. Segundo o historiador de arte Ronan Couto, o vitral é uma herança do ecletismo, porque combina diferentes estilos históricos e diferentes temáticas, como a associação da justiça à religião, representada pelas pombas e pelos anjos. O vitral foi criado, em 1911, pela Casa Conrado, fundada pelo artista alemão Conrado Sorgenicht. A técnica utilizada é a da colagem de vidros coloridos por meio de um filete de chumbo.

As esculturas "Aurora" e "Crepúsculo" (cada uma com 1,5m X 0,27m X 0,27m) trazem uma assimetria na composição, torção no corpo, ênfase nas diagonais da roupa e um exagero nos gestos. Ronan Couto afirma que o título das obras é simbólico e a composição é romântica, lembrando os anjos tocheiros que antigamente eram colocados nas portas das igrejas e dos palácios para iluminarem o ambiente. As esculturas em ferro fundido

Marcelo Albert



■ Escultura "Aurora"

Marcelo Albert

foram realizadas pelo escultor francês Mathurin Moreau (1822-1912), que estudou na Escola de Belas Artes de Paris e representou a figura feminina em muitas de suas obras.

Com uma estética neoclássica, caracterizada pela moderação e pelo equilíbrio, a tela à óleo do Barão do Rio Branco (3m X 2m) traz o sujeito ao centro, estático, mostrando o seu poder. "A textura da cortina, a janela na lateral e a luz em tons alaranjados que rompe o escuro são elementos que dão mais expressividade ao trabalho, trazendo também traços do romantismo", nas palavras de Ronan Couto. Ele ainda analisa que há um conjunto de elementos, à esquerda, que se contrapõe ao vazio do lado direito do observador. "É nesse espaço que ele, o Barão, nos convida a chegar perto dele." O retrato foi criado em 1912 pelo pintor italiano Cesare Bacchi e, em 1977, foi tombado, com o Palácio da Justiça, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha). Bacchi (1881-1971) retratou inúmeras personalidades políticas, e tornou-se reconhecido após executar o retrato da realeza italiana.



Vagner Antonio

■ A tela à óleo do Barão do Rio Branco tem estética neoclássica, caracterizada pela moderação e pelo equilíbrio

Obras modernas

A repetição de ritmos, de gestos gráficos e o gosto pela geometria caracterizam a produção artística de Benjamin. A obra do artista, sem título (1m X 3m), pertencente ao TJMG, foi produzida com zinco oxidado sobre madeira e integrou o conjunto de obras que foi exposto e premiado na 20ª Bienal de São Paulo em 1989. "Esse prêmio é muito importante nas artes. Foi o maior prêmio da minha vida", conta Benjamin. "O artista estimula particularmente o objeto gasto e abandonado. Aproveita-o e, ao fazê-lo, infunde-lhe vida novamente", afirma o crítico de arte Agnaldo Farias, no catálogo de 2007 sobre a obra de Benjamin.

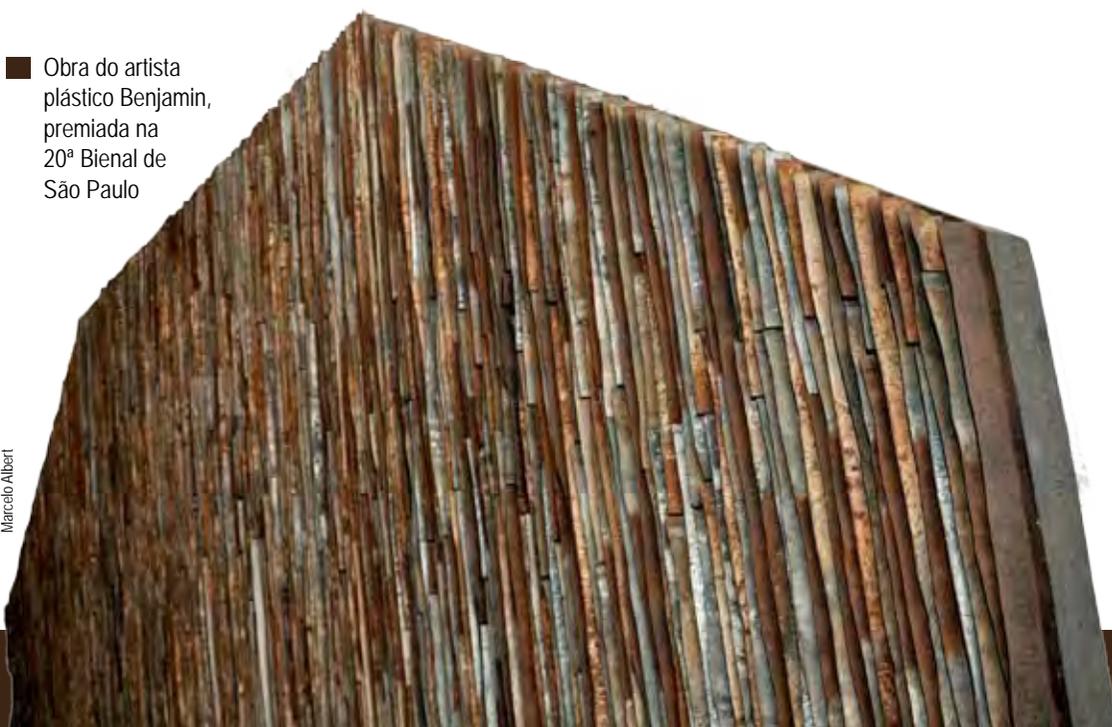
O TJ possui também a obra "Árvore da Vida" (1,6m X 2,2m), do desenhista e pintor Fernando Lucchesi. A pintura, feita em 1985 com técnica mista, foi concebida no ateliê que ele dividia com os artistas Amílcar de Castro e Paulo Bolão, na rua Goiás, bem próximo ao Tribunal. O artista conta que sempre passava na

porta do TJ quando ia para o ateliê, e que é muito bom saber que uma das suas obras continua na rua Goiás. "Eu faço arte por uma necessidade vital", afirma.

Apreciador das artes, o desembargador Eduardo Andrade tem em seu gabinete várias obras de artistas brasileiros e estrangeiros, entre elas destaca-se a tela "Dois Ciprestes", criada por Inimá de Paula em 1981 e pertencente ao TJMG. O desembargador acredita que a arte tem um poder extraordinário: "É uma resistência contra a morte, porque nós passamos e a arte permanece". Lembrando que a palavra "sentença" origina-se do vocábulo "sentir", o desembargador diz que os operadores do Direito têm que conhecer pintura, música clássica, literatura e poesia, além de Direito. "Quem só conhece Direito, nada conhece, porque é a sensibilidade para entender o ser humano e seu sofrimento que nos torna melhores ou piores juizes", conclui o desembargador.

As obras inspiram o julgador, embelezam o ambiente e testemunham a grandeza da criação

■ Obra do artista plástico Benjamin, premiada na 20ª Bienal de São Paulo



Marcelo Albert



■ Escultura "Crepúsculo"

Marcelo Albert



Segundo Manuel Saramago, o TJMG pretende investir na criação de centros judiciários no interior, onde irão funcionar o serviço de conciliação, a mediação e o atendimento ao cidadão

Em busca da eficiência do Judiciário

Letícia Lima

Manuel Saramago nasceu em Tombos, Minas Gerais. Formou-se em Direito no Rio de Janeiro. Foi promotor de Justiça nas comarcas de Eugenópolis e Conceição do Mato Dentro. Em 1981, tornou-se juiz. Trabalhou em Mar de Espanha, Conselheiro Pena, Mantena, Viçosa e Belo Horizonte. Na capital, atuou durante sete anos na Vara de Falências. Foi ainda juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) em Minas e do extinto Tribunal de Alçada. É desembargador do TJMG há nove anos e está à frente da 3ª Vice-Presidência desde junho deste ano. Suas grandes paixões são a família e o futebol, mais precisamente o Clube Atlético Mineiro. Em entrevista ao *TJMG Informativo*, ele fala das metas e desafios de sua gestão.

TJMG Informativo – Quais as metas da 3ª Vice-Presidência?

Manuel Saramago – Criar mais centros judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania no interior do Estado. Nos centros, funcionarão, como já acontece em Belo Horizonte, o serviço de conciliação, a mediação e o atendimento ao cidadão. No Centro, há ainda um setor pré-processual, no qual o jurisdicionado pode ter seu conflito solucionado. Outra meta é criar mecanismos para reduzir o acervo processual da 1ª Instância. Com o apoio da Corregedoria, vamos promover diversos mutirões de conciliação, principalmente na Grande BH. Além dessas iniciativas, o Tribunal adere à Semana da Conciliação, que integra o Movimento Nacional pela Conciliação, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e trabalha para cumprir as metas do CNJ.

Em que comarcas os centros serão instalados?

Inicialmente, vamos instituir os centros em Divinópolis, Uberaba, Uberlândia, Itaúna e Patos de Minas. Atualmente, no setor pré-processual do Centro, em Belo Horizonte, estão sendo atendidos casos relacionados à Cemig. Uma novidade é que os centros passarão a atender também, em breve, casos relacionados à empresa de telefonia Oi. Qualquer pessoa que tiver um conflito com essa empresa poderá tentar resolvê-lo de forma amigá-

vel, antes que o problema vire processo. A intenção é fazer convênios com outras empresas e instituições no mesmo sentido.

De que melhorias o Judiciário mineiro precisa?

Precisamos fazer com que o Poder Judiciário não fique desprestigiado. Temos que mostrar serviço, marcar presença. O Tribunal desenvolve muitos programas, muitas ações e julga muitos processos. Precisamos mostrar o que fazemos e devemos continuar buscando a melhoria da nossa atuação.

“Precisamos fazer com que o Poder Judiciário não fique desprestigiado. Temos que mostrar serviço, marcar presença”

Quais outros programas a 3ª Vice-Presidência supervisiona?

Além do Centro Judiciário, há o programa Justiça Restaurativa. As duas iniciativas têm o objetivo de acelerar a prestação ju-

risdicional, agilizar a solução de conflitos para não deixar que o processo se eternize. Em breve, pretendemos cuidar da mediação temática, que é a mediação por determinado tipo de processo ou assunto. Estão ainda para ser implantados o Depoimento Especial e o projeto No Fundo, Justiça. O Depoimento Especial é uma escuta diferenciada, em ambiente próprio, para que crianças vítimas de violência e abuso sejam ouvidas uma única vez durante o processo e possam se sentir seguras para relatar o que aconteceu. Já o No Fundo, Justiça pretende arrecadar recursos, obtidos pela dedução no Imposto de Renda, que serão aplicados em projetos voltados para a proteção e a defesa de crianças e adolescentes. Os recursos também serão usados para a profissionalização.

Um novo olhar contra a reincidência

Manuela Ribeiro

Ideias simples, muito trabalho e a crença de que a execução da pena pode ocorrer de forma mais digna e com vistas à ressocialização dos detentos. Em Varginha, inúmeras iniciativas têm contribuído para a redução da reincidência da prática de crimes. Há ações com foco na educação e no trabalho dos presos, na prevenção ao uso de drogas e até na reconstrução dos laços familiares. Os detentos envolvidos nas ações têm direito à remição da pena. Uma das iniciativas – o projeto Mães que Cuidam – acaba de receber o Prêmio Innovare, que identifica as boas práticas na Justiça – na categoria magistrado. O Mães que Cuidam promove a convivência e o restabelecimento dos laços afetivos entre detentos e seus filhos.

Criado pela enfermeira Ângela Mara Toledo e acolhido pelo juiz Oilson Hoffmann Schmitt, da 1ª Vara Criminal de Varginha, o projeto Mães que Cuidam é uma parceria do Judiciário com a sociedade civil. As ações são desenvolvidas no Núcleo de Capacitação para a Paz (Nucap), onde os recuperandos convivem com a família, mas também trabalham e estudam para diminuir dias da pena. No local, mantido por um casal de empresários da cidade, enquanto os pais realizam suas tarefas, os filhos aprendem e se distraem com

diversas atividades, como canto e contação de histórias.

Prevenção

Outro projeto, o Novo Olhar, idealizado pelo juiz Oilson Hoffmann Schmitt, e desenvolvido em cooperação com a Subsecretaria de Administração Prisional (Suapi), tenta prevenir o uso de drogas. Uma vez por mês, acompanhados pelo diretor-adjunto do presídio, Rodolfo Correia Bandeira, detentos contam suas histórias de vida e alertam os estudantes sobre o perigo de se envolver com drogas. Os alunos podem conversar e fazer perguntas aos presos, que explicam as consequências de suas escolhas. Os presos que fazem as palestras recebem a remição da pena.

Outra iniciativa adotada pelo juiz, um paranaense de 58 anos radicado há 36 no Estado, foi a de implantar a fiscalização do cumprimento da pena dos detentos do regime aberto, que não podem sair de casa das 20h às 6h e aos domingos e feriados. Quando não havia fiscalização, muitos presos não observavam a regra e até cometiam novos crimes no período em que deveriam estar recolhidos às suas casas. A reincidência era próxima dos 90%. “Baixei uma portaria estabelecendo a fisca-

lização. Fiz um convênio com a Polícia Militar, que passou a visitar, de surpresa, todas as noites, a casa dos detentos. Diariamente, os policiais sorteiam dez presos para serem visitados”, conta.

Havendo transgressão, o juiz é comunicado e o preso – se não justificar a falta – regride de regime. A severidade surtiu efeito: em dois anos, a reincidência de 90% caiu para menos de 15%. “No primeiro mês, 40 presos voltaram à prisão”, revela. A regressão de regime também é a punição para os réus condenados por tráfico privilegiado (aqueles que dão os primeiros passos na área de tráfico de drogas) que não obedecerem às regras estabelecidas no cumprimento da pena restritiva de direitos. Inicialmente, em vez de serem punidos com a internação, esses réus prestam serviços à comunidade e são submetidos, a cada 60 dias, a exames de sangue e urina para verificar se houve o uso de drogas. Se o exame der positivo, ocorre a regressão do regime e a pessoa é presa. Em seis meses em que a iniciativa está em funcionamento, ninguém infringiu a determinação.

Educação

Como o magistrado identificou entre os detentos de Varginha um alto número de analfabetos, uma outra ini-

ciativa foi voltada para a alfabetização. Desde 2010, a partir de um convênio com a Secretaria de Estado de Educação, os presos passaram a frequentar uma escola dentro do presídio. Em 2010, 104 detentos foram alfabetizados; em 2011, 90; e este ano, serão 122. Quem estuda tem a remição da pena. Segundo Samir Silva Direne, diretor do presídio, a escola, que já tem estudantes se preparando para ingressar em cursos superiores, é a única do Sul de Minas com aulas noturnas.

Quem estuda pode trabalhar. Atualmente, há presos do regime fechado e do semiaberto que trabalham fora e dentro do presídio. Alguns são remunerados. Todos têm remição da pena pelo trabalho. Na lista de ações, há ainda o Projeto Cantar, de ensino da música aos detentos. O projeto mantém o coral Raízes do Futuro, com 14 integrantes, que tem se apresentado em igrejas do Sul de Minas.

O juiz atribui tantas iniciativas com bons resultados ao envolvimento de várias pessoas. “A gente lança a semente, forma a equipe e acompanha. Contamos com um Conselho da Comunidade sério, que se envolve, briga, corre atrás dos recursos. Chega um ponto em que os projetos caminham sozinhos”, resume.



Divulgação

O projeto Novo Olhar leva detentos às escolas para contar aos estudantes sobre as consequências do uso de drogas

Encontro em Pirapora reúne juízes do interior



Marcelo Albert

Diversos magistrados estiveram presentes no Encor, que teve participação de juízes de 63 comarcas do Estado

Judicialização da saúde, infância e juventude, Processo Judicial eletrônico, fiscalização dos cartórios e Banco Estadual de Mandados de Prisão foram alguns dos temas debatidos no 12º Encontro da Corregedoria-Geral de Justiça (Encor), realizado em Pirapora, nos dias 18 e 19 de outubro.

O objetivo do evento foi debater temas relevantes das rotinas administrativas e judiciais dos trabalhos da Justiça, orientar os juízes, além de ampliar a interação entre a Corregedoria e os magistrados do interior. O 12º Encor, resultado da parceria entre a Corregedoria-Geral de Justiça e a Escola Judicial Desem-

bargador Edésio Fernandes (Ejef), foi voltado para juízes diretores de Foro com competência para infância e juventude e execuções penais. Participaram magistrados de 63 comarcas da Região 6 (que engloba cidades como Almenara, Bocaiúva, Diamantina e Governador Valadares) de atuação da Corregedoria-Geral de Justiça.

Na abertura do evento, o corregedor-geral de Justiça, desembargador Audebert Delage, proferiu a palestra Conhecendo a Corregedoria e o superintendente adjunto da Ejef, desembargador Saldanha da Fonseca, que representou o 2º vice-presidente TJMG, desembarga-

dor Baía Borges, reafirmou o propósito da Escola Judicial de aproximação com os juízes do interior do Estado. Segundo ele, são em debates como o Encor que surgem temas que devem ser desenvolvidos pela Ejef.

Em sua palestra, o corregedor explicou a estrutura organizacional e os campos de atuação da Corregedoria, bem como as funções administrativas, de orientação e de fiscalização que o órgão exerce, em um Estado composto por 853 municípios em 296 comarcas.

Em mensagem aos participantes do Encontro, o 1º vice-presidente do TJ, desembargador Almeida Melo, ressaltou

o fato de o Encor promover a comunicação e a interação entre o Tribunal e os juízes. O magistrado destacou ainda o momento de mudanças pelo qual a Justiça está passando, com destaque para a chegada do Processo Judicial eletrônico (PJe), tema contemplado na programação.

Para o presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), juiz Bruno Terra Dias, encontros como esse proporcionam momentos de reencontro e de troca de experiências. O juiz destacou ainda que o Encor é uma oportunidade para aferir as necessidades das comarcas.

CLICK DO LEITOR



Imar Fonseca Malta

Quem for a Las Vegas, no estado de Nevada/EUA, não poderá deixar de fazer um passeio ao Grand Canyon. Um avião de pequeno porte sobrevoa o mar de montanhas, o rio Colorado e a famosa represa Hoover. Depois, um helicóptero faz um emocionante voo sobre o *canyon*. Posteriormente, os turistas podem fazer um passeio de barco pelo rio Colorado. A visita ao Skywalk (traduzido literalmente como "caminho do céu"), uma passarela de vidro a 1,2 mil metros de altitude sobre um ponto do Grand Canyon, permite que os visitantes desfrutem com muita emoção de uma vista privilegiada. A nação indígena dos Hualapai, dona do território que foi transformado em reserva pelo governo americano, não permite nenhuma interferência que possa descaracterizar o ambiente local. O passeio é inesquecível, inédito e totalmente fora dos padrões.

Imar Fonseca Malta - Central de Serviço Social e Psicologia/Fórum Lafayette

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor*, envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.